



A VELOZ DILAPIDAÇÃO DA INFLUÊNCIA ITALIANA NA ARQUITETURA CIVIL DE BELO HORIZONTE, MG – BRASIL

Marcel de Almeida Freitas*

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-
MG

marcel.fae.ufmg@gmail.com

RESUMO: nos últimos anos a especulação imobiliária em Belo Horizonte está rapidamente descaracterizando diversas regiões da área central, bem como alterando a paisagem tradicional dos bairros mais antigos. Com a verticalização da cidade, além da perda de qualidade de vida, há um empobrecimento estético e perda de referências edificadas importantes, como é o caso dos casarões construídos por mestre de obras anônimos, muitos deles imigrantes ou filhos de imigrantes italianos que vieram para esta capital no começo do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração Italiana - História de Belo Horizonte - Arquitetura Civil.

THE FAST DILAPIDATION OF ITALIAN INFLUENCE IN THE CIVIL ARCHITECTURE OF BELO HORIZONTE (MG – BRAZIL)

ABSTRACT: Recently, the boom constructive in Belo Horizonte is rapidly disfiguring several regions in central area, as well as changing the typical landscape of the older neighborhoods. Therefore, with the vertical character of the new constructions in the city, in addition to the loss of life quality, there is an aesthetic impoverishment and loss of significant built references, such as the old houses built by anonymous foremen, many of them immigrants or children of Italian immigrants that come to this capital in the early of 20th Century.

KEYWORDS: Italian Immigration - History of Belo Horizonte - Civil Architecture.

* Antropólogo, mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG. Atualmente professor substituto de Sociologia e Filosofia, CEFET-MG.

INTRODUÇÃO

Minas Gerais foi um dos estados brasileiros que mais recebeu imigrantes italianos no Brasil a partir do começo do século XIX, sendo que, numericamente, fica atrás apenas do Rio Grande do Sul e de São Paulo (GUEDES, 2016). Apesar disso, a mídia, as campanhas turísticas e os órgãos ligados à cultura em geral não ‘enxergam’ toda a importância dessa etnia na formação do povo mineiro, restringindo-se às contribuições de portugueses e negros; vez ou outra o elemento indígena também é mencionado. Assim, nas mídias ‘oficiais’/institucionais, em geral o que se mostra é somente o século XVIII, a Minas Colonial e, secundariamente, a Belo Horizonte modernista dos anos JK.

Diante disso, o intento desse artigo é mostrar, a partir de um Estudo de Caso de caráter ilustrativo, como a memória construída de origem italiana em Belo Horizonte vem sendo apagada sistematicamente, mas não propositalmente como aconteceu com a memória africana em Buenos Aires, por exemplo, ou com a judaica na Alemanha Nazista, mas de forma inconsciente, posto que a mídia, o turismo e os órgãos de gestão e de preservação cultural geralmente nos apresentam a Minas Colonial-Barroca e, secundariamente, a Minas Modernista de JK.

Tal argumento poderia ser confirmado fazendo-se um levantamento nos livros, cadernos e revistas de culinária mineira, por exemplo, nos folders turísticos, nas tradições, danças e folguedos que são transmitidos pela grande mídia e, especialmente, nas narrativas que sustentam os processos de tombamento (ou não) do patrimônio edificado. Portanto, a partir de um levantamento da arquitetura considerada ‘importante’ pelos órgãos de proteção e gestão do patrimônio construído em Belo Horizonte, o que se verifica é que a arquitetura feita por italianos em Belo Horizonte vem desaparecendo paulatinamente pela conjunção de alguns fatores, arrolados neste texto.

Em geral, os construtores, *capomaestri*², arquitetos, *muratori*³ engenheiros e decoradores italianos construíram, nesta capital, obras ecléticas, o que, até bem pouco tempo atrás era visto com ‘desdém’ (ainda que fosse dissimulado ou inconsciente) pelo campo artístico e arquitetônico brasileiro. É inegável que o colonial, o barroco e o

² Mestres de obras

³ Pedreiros

modernismo sempre foram ‘as filhas diletas’ das escolas de arquitetura do Brasil (BESSA, 2004).

Muitos italianos aqui chegados edificavam suas próprias casas ou a de outros ‘comuns’ como eles, não eram ricos, poderosos, enfim, não pertenciam à elite mineira. Assim, grande parte dessas edificações era uma arquitetura ‘desimportante’ pelo fato de ter sido feita por um ‘leigo’ para um anônimo. Esse preconceito se manifesta inconscientemente, e as demolições em massa de vilas e sobrados que a cidade de São Paulo vive em bairros como Tatuapé ou Lapa para a construção de arranha-céus, para citar um exemplo fora de Minas Gerais, mostram esse descaso para com a arquitetura civil ‘dos pobres’ e dos desconhecidos. (SALMONI; BENEDETTI, 2007)

Isso se deu, em parte, porque muitos desses ‘pedreiros’ talentosos não tinham formação acadêmica, como diria Michel Foucault (LOPES, 2005), nenhuma instituição credenciada em seu país de origem os ‘instituiu’ como arquitetos, escultores, artesãos, portanto, não eram reconhecidos na área. Assim, muitas edificações, ainda que tombadas, não apresentam registro do elaborador/construtor da obra, já que o criador não era arrolado, pois não se permitia que um *capomaestro* ou *muratore* pudesse assinar as obras. Isso se deu também em capitais do norte/nordeste do Brasil: Belém, Recife etc.

Logo, é comum que quando se busca informação sobre quem concebeu certo projeto nada se sabe, pois, no passado alguém que não fosse arquiteto não poderia ‘assinar’ por um projeto arquitetônico (WERNECK, 2012). Assim, o propósito desse texto é apontar, a partir de uma proeminente figura dos primeiros anos de Belo Horizonte, o ‘artista’ (arquiteto, escultor, pintor etc.) Luiz Olivieri, como os feitos da arquitetura civil de origem italiana estão progressivamente desaparecendo da história, da paisagem e da memória da capital mineira.

HISTÓRICO SUCINTO DA IMIGRAÇÃO EM MINAS GERAIS

A imigração estrangeira para o Estado de Minas Gerais fez parte do contexto geral de imigração para o Brasil que aconteceu entre o final do século XIX e início do século XX (NICOLI, 2016). Nesse processo, milhares de pessoas, de diferentes etnias, ‘raças’ e culturas integraram o já complexo caldeirão cultural brasileiro, até então formado majoritariamente por negros, europeus (de origem lusitana, sobretudo), indígenas e seus descendentes. Como todo reducionismo é equivocado, não se pode

dizer que italianos, alemães, espanhóis – só para citar as maiores correntes imigratórias a partir de 1880 – não viviam no Brasil antes dessa época. Todavia, só começaram a chegar em massa e a imprimir novas feições ao país a partir desse contexto.

Com efeito, indivíduos isolados, ‘aventureiros’, mulheres de ‘reputação duvidosa’, profissionais liberais – dentistas, professores, artistas – vieram para essas terras desde 1550, para não dizer já desde 1500, posto que já na Caravana de Pedro Álvares Cabral havia alguns europeus não portugueses e mesmo árabes do norte da África. Entretanto, não eram números significativos e, sistematicamente, eram vistos, quer pelos negros escravos ou pelos nativos, como ‘europeus’ em geral. (AZEVEDO, 1982).

Sendo assim, a imigração que realmente imprimiu transformações na sociedade brasileira e que se distinguiu das massas de portugueses e descendentes até aqui então chegados, se concentrou nas regiões Sul e Sudeste e, em escala menor, nas capitais do Norte e Nordeste, visto que não se deve esquecer que nessa época as cidades de Manaus e Belém viviam o fervor da borracha, atraindo diversos estrangeiros para tais paragens. Por exemplo, estudos evidenciam a grande influência que italianos exerceram na arquitetura de Belém introduzindo (LUCARELLI, 2007), além de novos materiais, o Palladianismo, variação particular do Maneirismo Italiano, que exige grande habilidade técnica e conhecimento artístico por parte da mão de obra especializada.

Os principais fenômenos socioeconômicos e políticos que criaram a demanda pela mão de obra estrangeira foram a abolição da escravatura em plena efervescência da lavoura de café e os primórdios da industrialização do país, a princípio no Rio de Janeiro e, posteriormente e mais intensamente, em São Paulo. Nesse ponto outro estereótipo acerca da formação da complexa cultura nacional merece ser desconstruído: quando se fala em imigração italiana para grandes metrópoles o que se exhibe, especialmente na mídia, é a cidade de São Paulo, obliterando-se o fato de que a imigração italiana no Rio de Janeiro foi significativa, sendo que tal cidade possuiu também uma Hospedaria de Imigrantes e uma *Società Operaia Italiana de Beneficenza e Mutuo Soccorso*, de pé até hoje, na Praça da República, tombada pelo patrimônio histórico municipal.

Além dos aspectos econômicos, havia um motivo menos nobre a incentivar a imigração para o Brasil, uma questão simbólica importada das ideias evolucionistas em voga nas correntes intelectuais europeias: o racismo. Temia-se que a população

brasileira ‘escurecesse’ como se passou com o Haiti, considerando-se que o número de negros e de mulatos era muito maior que o de brancos (AZEVEDO, 1982). Para ‘maquiar’ tais discriminações, alegava-se que o negro e o ‘pardo’ eram indolentes ou, na melhor das hipóteses, que não estavam preparados tecnicamente para certos ofícios e/ou para manusear o maquinário industrial recém-chegado.

Já a Europa e, principalmente, a Itália, também tinha interesses em ‘exportar’ mão de obra excedente para as Américas – Argentina, Estados Unidos, Brasil – pois o país vivia profundos problemas sociais e econômicos: miséria, desemprego, organizações mafiosas, concentração de terras, mecanização na indústria, o que levou milhares de pessoas a perder empregos e à concentração fundiária no campo, fazendo com que grandes levas fossem viver nos cortiços de Nápoles, Roma, Milão. Para isso também concorreram a superpopulação e problemas naturais: secas no Sul, enchentes no Norte, erupções vulcânicas etc. (AZEVEDO, 1982)

Logo que terminou a Unificação Italiana, em 1871, o país entrou em intenso processo emigratório. De modo geral pode-se dizer que os italianos do Norte e do campo foram encaminhados às colônias agrícolas do Sul do Brasil implantadas pelo Império Brasileiro, enquanto que os do Centro, Sul e das cidades italianas incrementaram as massas operárias de centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife etc. Secundariamente, eram encaminhados também para as lavouras de café, substituindo a mão de obra escrava. Outra modalidade de utilização dos trabalhadores italianos foi a que veio ajudar na construção da cidade de Belo Horizonte, isto é, majoritariamente não estavam vinculados nem à agricultura nem à indústria, mas à construção civil: pedreiros, carpinteiros, arquitetos, mestres de obras, construtores, pintores, escultores, entre outros profissionais.

O Espírito Santo foi um caso híbrido, já que experimentou imigração dos três tipos: para as lavouras de café (e também de cacau), para pequenas colônias agrícolas e para a capital Vitória (mão de obra assalariada). A província de Minas Gerais era a mais populosa do Brasil, logo, teria população suficiente para ser alocada nas novas atividades que surgiam, contudo, o preconceito racial aliado às novas técnicas de trabalho fez com que os governantes decidissem por importar mão de obra. Ademais, muitos ex-escravos foram sumariamente expulsos das propriedades rurais pelos antigos donos, sendo esse fenômeno uma das origens das primeiras favelas de cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

A partir de 1894, pouco depois da Proclamação da República, o Estado estabelece grandes contratos para a vinda de imigrantes. Não obstante os imigrantes aqui chegados fossem direcionados principalmente à lavoura de café ou às indústrias de Juiz de Fora, alguns núcleos agrícolas familiares, nos moldes sulistas, foram criados: Rodrigo Silva, próximo a Barbacena, Maria Custódia, nas cercanias de Sabará, Barreiros, em região que viria a ser subúrbio da nova capital, e uma colônia perto de São João Del Rey.

O que aconteceu com a colônia do Barreiro, hoje bairro de Belo Horizonte, é sintomático do que aqui se denuncia: nenhum resquício, além dos descendentes, dos sobrenomes (família Gatti, por exemplo) e alguns registros nos arquivos oficiais, restou da imigração italiana naquelas paragens. À medida que o Barreiro foi se tornando bairro de Belo Horizonte os antigos casebres e vilas foram demolidos, a fazenda sede desapareceu – foi loteada – não restando vestígios de que a cidade de Belo Horizonte também possuía uma colônia agrícola. É esse mesmo risco que a arquitetura civil comum, dos ‘pobres e anônimos’, corre na área central e nos seus bairros adjacentes: Floresta, Carlos Prates, Santa Tereza, Santa Efigênia etc.

Segundo estatísticas oficiais, é importante frisar esse aspecto porque certamente os números reais foram maiores, entraram em Minas Gerais 61.260 imigrantes entre 1894 e 1897, sendo que 50 mil eram italianos. Em geral as famílias possuíam de 3 a 7 membros. Houve pequeno predomínio de homens e de solteiros e, diferentemente do Sul do país onde havia grande quantidade de analfabetos e miseráveis, em Minas foi comum a vinda de membros da classe média e de profissionais liberais, como é o caso dos arquitetos, engenheiros, artesãos e artistas plásticos que auxiliaram no surgimento de Belo Horizonte.

Assim, além da contribuição nos esportes – a criação do Palestra Itália, atual Cruzeiro – na linguagem cotidiana (*ciao*, cantina), na alimentação – pizzas e massas em geral – os italianos legaram importantes elementos na construção civil de Belo Horizonte que, infelizmente, estão rapidamente desaparecendo por razões de mercado – a atroz especulação imobiliária dentro e nas adjacências da Avenida do Contorno e, também, por outro motivo, em geral não aludido: o descaso da municipalidade e dos órgãos estaduais para com a arquitetura eclética e ‘comum’, isto é, as casas simples, não os palacetes onde residiram pessoas ‘consideradas’ importantes (FREITAS, 2007).

A figura abaixo exemplifica perfeitamente o que aqui se denuncia. É um imóvel construído por Luiz Olivieri em 1902 e está na esquina das Ruas Pernambuco e Inconfidentes, Bairro Funcionários, região da Savassi (cujo nome remete a uma antiga padaria de uma família de imigrantes dessa origem, estabelecimento este que também desapareceu). Não obstante o imóvel seja tombado, se encontra há anos nesse estado deplorável.



Figura 1 – edificação civil construída por Luiz Olivieri em estado de abandono.
FONTE: arquivo pessoal do autor

UM ESTUDO DE CASO: AS OBRAS DE LUIZ OLIVIERI

A fim de sustentar a argumentação explanada acima, o artigo detalha algumas edificações projetadas e/ou construídas por Luiz Olivieri ainda existem em Belo Horizonte. Então, seja porque o poder municipal não tem interesse em conceder isenção de impostos prediais em demasia, seja porque muitos cursos de História, Engenharia Civil e Arquitetura não ‘ensinam’ seus profissionais a fruir a beleza do comum, e do singelo, muitas vezes em busca do ‘monumental’ e do purismo estilístico (BRANDI, 2004) (sem perceber que isso é praticamente impossível no Brasil, o que dizer em

Minas Gerais), a arquitetura particular vem sendo rapidamente liquidada na capital mineira.

Luiz Olivieri nasceu em 1869, em Florença, Itália. Ao chegar a Minas Gerais, integrou a Comissão Construtora da Nova Capital. Em 1897 abriu o primeiro escritório particular de arquitetura e de desenho da capital e o ‘erro’ que cometeu para que grande parte de suas obras hoje não mais exista foi ter criado diversos projetos para particulares, muitos deles imigrantes, alguns abastados, mas que não pertenciam à elite política nem às famílias tradicionais, portanto, a partir da década de 1970 a maioria de seus palacetes deu lugar a estacionamentos ou a edifícios residenciais.

Ademais, seus trabalhos já não eram mais barrocos/coloniais, e o ‘furor’ modernista ainda não havia chegado, portanto, esse foi outro fator que contribuiu para a desvalorização de seus trabalhos: eram ecléticos. Conforme o *Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte* e o *Guia de Bens Tombados em Belo Horizonte*, essas foram as criações mais significativas desse imigrante italiano (IEPHA, 2006):

Tabela 1: Edificações Institucionais/Oficiais

<i>Denominação</i>	<i>Localização</i>	<i>Situação</i>
1- Indústria de Bebidas Antártica (1910)	Av. Oiapoque, 76	Íntegro
2- Banco Hipotecário e Agrícola – atual PSIU (1922)	Pça Sete de Setembro, s/n	Íntegro
3- Palacete Dantas, Secretaria de Estado de Cultura (1915)	Pça. da Liberdade, s/n	Íntegro
4- Escadaria da Igreja Santa Efigênia (1903)	R. Álvares Maciel esq. Av. Brasil	Íntegro
5- Estação Central de Belo Horizonte (1922)	Pça. Rui Barbosa, s/n	Íntegro
6- Comércio e Sobrado (1896)	R. Caetés, 580	Íntegro

Tabela 2: Edificações particulares

<i>Denominação</i>	<i>Localização</i>	<i>Situação</i>
1- Residência (1898)	R. Timbiras, 1228	Demolido
2- Residência Eugênio Thibau/Palacete Guanabara (1911)	Av. Afonso Pena esq. R. Espírito Santo	Demolido
3- Residência Francisco Pimentel (1911)	Av. Afonso Pena, 1050	Demolido
4- Residência João Alves do Vale (1911)	Av. Brasil, 64	Demolido
5- Residência Gonçalves das Neves (1897)	Av. João Pinheiro esq. R. Timbiras	Demolido
6- Residência José Tricoli (1897)	Av. João Pinheiro, 214	Demolido
7- Residência João Gonçalves da Costa (1921)	Av. Oiapoque, 242	Demolido
8- Residência (1912)	Av. Paraná, 207	Demolido
9- Residência (1925)	Av. Paraná, 214	Demolido
10- Residência João Gualberto de Souza (1928)	R. Alagoas, 730	Demolido
11- Residência Inácio Burlamaqui (1902)	R. Bahia, 1491	Demolido
12- Residência José Benjamin (1901)	R. Caetés, 604	Demolido

13- Residência João Batista Viana (1928)	R. Carijós esq. R. Espírito Santo	Demolido
14- Residência (1923)	R. Espírito Santo, 980	Demolido
15- Residência (1916)	R. Goiás, 36	Demolido
16- Residência José Januário da Silveira (1907)	R. Guaicurus esq. R. Espírito Santo	Demolido
17- Residência Pelicano Frade (1902)	R. Paraíba, 976	Demolido
18- Residência José Oliveira Costa (1907)	R. Pernambuco, 1078	Demolido
19- Residência (1914)	R. Rio Grande do Norte, 587	Íntegro
20- Residência (1920)	Av. Getúlio Vargas, 1238	Íntegro
21- Residência Leandro da Silva Perdigão (1915)	R. Davi Campista, 160	Íntegro
22- Residência Domingos Rigotto (1898)	R. Aimorés, 647	Íntegro
23- Residência (1909)	R. Espírito Santo, 1507	Íntegro
24- Residência (1905)	R. Aimorés, 1123	Íntegro
25- Residência (1906)	R. Aimorés, 1155	Íntegro
26- Residência Lafaiete Brandão (1923)	R. Sapucaí, 127	Íntegro
27- Residência assobradada, atual NET (1904)	R. Timbiras, 1605	Íntegro
28- Residência (1896)	R. Ceará, 1323	Íntegro
29- Residência (1912)	R. Padre Rolim, 435	Íntegro
30- Residência (1922)	Av. do Contorno, 3479	Íntegro
31- Residência Augusto da Silva (1897)	Av. João Pinheiro, 164	Íntegro
32- Residência (1918)	R. Varginha, 210	Ruínas ⁴

Uma apreensão quantitativa mostra o descaso em relação ao patrimônio edificado concebido/construído por este arquiteto. A porcentagem do que ainda existe da arquitetura civil: 40,7%; existência parcial (em ruína): 3,12%; demolida: 56,25%. Em relação aos imóveis institucionais (em geral, monumentais), 100% existe e está bem conservado, o que corrobora o argumento central do artigo e também foi verificado em outros estudos. (CUNHA, 1997)

Existe uma desatenção – proposital e/ou involuntária – para com a arquitetura civil ‘comum’ de Belo Horizonte e uma atroz especulação imobiliária que vem fazendo com que essa capital venha a ter, em pouco tempo, somente ‘artefatos’ monumentais espalhados e sem diálogo com o entorno; tal conjunção de fenômenos está fazendo desaparecer a memória social construída dessa cidade sob os auspícios de grande parte dos órgãos públicos e das autoridades de gestão cultural. (IEPHA, 1997)

Em síntese, é sintomático do descaso em relação à influência italiana em Belo Horizonte, por exemplo, que poucos saibam que a atual Escola de Saúde São Rafael tenha sido a Hospedaria de Imigrantes (bairro Barro Preto, Av. Augusto de Lima, n. 2109)⁵ e que Belo Horizonte, dentre as grandes cidades brasileiras, incluindo-se Recife,

⁴ Recentemente recuperado e revitalizado, graças à ação do Ministério Público, no entanto, quando a conclusão deste texto estava em estado de completo abandono.

⁵ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/13/interna_gerais.459215/predio-do-instituto-sao-rafael-ganha-protecao-do-municipio.shtml>. Acesso em 23/10/2017

onde a imigração italiana foi modesta, não tenha uma *Casa d' Itália* nem uma *Beneficenza di Mutuo Soccorso* instalada em edificação com arquitetura característica feita por imigrantes, como acontece com o já citado Rio de Janeiro e com Salvador, por exemplo⁶. A beneficência italiana da capital mineira ficava à R. Tamoios quase esquina com R. São Paulo, em estilo art decó. Atualmente no local encontra-se um dos muitos 'galpões' que proliferam na área central, usado por uma loja de cosméticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os principais motivos para que a arquitetura civil eclética trazida pelos italianos para Belo Horizonte esteja sendo aniquilada nesta cidade, seriam:

- A sistemática 'resistência' da gestão municipal em conceder isenções tributárias justamente na região onde os terrenos são mais valorizados, a área circundada pela Avenida do Contorno. Posto que tais construções pertencem a particulares, há oposição, velada, pelas demandas de tombamento postas pela Diretoria de Patrimônio, logo, o que vem permanecendo no tempo são colégios, hospitais, igrejas e órgãos públicos, edificações que, *a priori*, são isentas de impostos – a arquitetura grandiosa, monumental e institucional.
- O preconceito, inconsciente, para com edificações situadas às margens do Centro, na 'cidade baixa' de Belo Horizonte⁷. Para quem não conhece esta cidade, o eixo da Av. Afonso Pena é, do ponto de vista topográfico, a parte alta da capital, e a bacia do Ribeirão Arrudas, que 'cerca' boa parte da área central, foi uma 'várzea'. Porém, curiosamente essa diferenciação tem consonância com o âmbito simbólico, pois a Av. Afonso Pena segue para o 'alto', para a Serra do Curral, enquanto que a zona do baixo meretrício e do comércio popular e/ou atacadista 'desce' para as imediações da Estação Rodoviária e do Ribeirão

⁶ Além desse exemplo, Salvador possui belíssimo e bem preservado Hospital Espanhol, na Barra, construído pela comunidade imigrante desse país em típica arquitetura hispânica.

⁷ Dois exemplos desse imaginário: a Igreja Ortodoxa São Jorge, erguida pela comunidade libanesa na Av. Olegário Maciel nas imediações da Estação Rodoviária, isto é, na 'cidade baixa', assim como o Hotel Brilhante, atualmente zona de prostituição, construído em estilo art decó por Romeo Di Paoli (possui um elevador com porta trançada, típico dos anos 1930), eram desconhecidos desse órgão pelo fato de estarem na periferia, em duplo sentido, do Centro. O referido órgão só tomou conhecimento da existência deles quando o autor deste trabalho encaminhou sugestão de tombamento desses imóveis.

Arrudas, áreas ‘marginais’ em relação à área central em termos simbólicos (imaginário cultural) e espaciais.

- A força econômica e, conseqüentemente, política, das grandes construtoras que são resistentes a adotar modalidades construtivas já usuais em países como Espanha, por exemplo, ou seja, preservar a fachada ou o corpo da casa como saguão do edifício e erguer o prédio nos fundos ou mesmo dentro da estrutura da edificação antiga. Em conversas informais com arquitetos de duas das maiores construtoras mineiras, conclui-se que existem dois motivos para isso, aqui resumidos de forma simplificada: 1- é mais fácil ‘passar o trator’ e construir o edifício a partir do zero do que elaborar ‘complexos’ projetos de restauro, revitalização, reutilização da, por eles nomeada, ‘casa velha’. 2- Muitos compradores confundem o antigo com o arcaico e não veem com bons olhos traços antigos nas novas construções, no caso, edifícios residenciais. Segundo explicaram arquitetos dessas construtoras, a própria população de Belo Horizonte rejeita o antigo. Psicologicamente, conforme já mencionado em trabalho anterior, a cultura belo-horizontina é avessa ao antigo (FREITAS, 2007); tal mentalidade começou a ser elaborada nos tempos de execução da capital, quando a Comissão Construtora se esforçou s em apagar qualquer resquício do Brasil Colonial e/ou Imperial que houvesse na região onde ela viria ser construída; procurava-se abertamente que Belo Horizonte não tivesse nada a ver com Ouro Preto e, infelizmente, sua identidade veio sendo talhada dentro desse imaginário.
- A resistência em se reconstruir um imóvel particular que foi, por exemplo, criminosamente demolido, posto que a maioria dos órgãos de proteção no Brasil, não só em Belo Horizonte, enxerga a teoria do ‘Falso Histórico’ de modo dogmático (CARBONARA, 2006). Essa abordagem só considera o aspecto temporal e encara a edificação somente como uma obra de arte, não como um bem carregado de significados, funções e valores estéticos. Quiçá isso aconteça porque as equipes dessas instituições, geralmente, não são multidisciplinares, com antropólogos, por exemplo. Assim, não se abrem a outros enfoques, como é o caso da teoria antropológica da identidade. No entanto, se a Europa, após as duas grandes guerras, fosse assim pensar, seria um conjunto de arranha-céus de concreto e vidro como se tornou a Av. Paulista, pois grande parte do seu atual

patrimônio são réplicas perfeitas que, do ponto de vista identitário, estético, turístico e da memória social, preenche perfeitamente sua função.

Em suma, o desinteresse e desrespeito para com a arquitetura privada de Luiz Olivieri, um dos mais conhecidos e importantes artistas que atuaram nos primórdios de Belo Horizonte, sinaliza para uma situação grave: se seu repertório não institucional – que existiu dentro da Avenida do Contorno – vem sendo derruído dessa maneira, o que dizer então daquela arquitetura também não institucional *ex Contorno* feita por outros *capomastri, muratori* e artistas desconhecidos, analfabetos, pobres e comuns.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Tales de. **Italianos e gaúchos**: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982. 320 p.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004. 262p.
- CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. **Desígnio**, n. 6, p. 35-47, 2006.
- CUNHA, Flávio Saliba. Patrimônio cultural e gestão democrática em Belo Horizonte. **Varia História**, n. 18, p. 83-98, set/1997.
- FREITAS, Marcel de Almeida. A Influência Italiana na Arquitetura de Belo Horizonte. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, vol. 14, n. 15. dez/2007. p. 137-163.
- GUEDES, Cleide. **Brasil, caldeirão de imigrantes**. São Paulo: Ofício das Palavras, 2016.
- IEPHA. **Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: IEPHA, 2006. 390p.
- IEPHA. **Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte – 1894/1940**. Belo Horizonte: IEPHA, 1997. 198p.
- LOPES, João T. Reflexões sobre o arbitrário cultural e a violência simbólica. Os novos manuais de civilidade no campo cultural. **Sociologia. Problemas e Práticas**. Lisboa, n. 49, p. 43-51, 2005.
- LUCARELLI, Francesco. Os Italianos na Amazônia: contribuição arquitetônica italiana na construção do Centro Histórico de Belém. **Oriundi**. 2007. Disponível em <<http://oriundi.net/site/oriundi.php?menu=noticiasdet&id=6260>>. Acessado em 22/10/2014
- NICOLI, Sandra. Imigração italiana em Minas Gerais/Brasil: cotidiano, costumes e tradições. **VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población**. Foz do Iguaçu/PR, Brasil, 17 a 22 de outubro de 2016.
- SALMONI, Anita; DeBENEDETTI, Emma. **Arquitetura Italiana em São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WERNECK, Gustavo. Conheça as obras projetadas por Raffaello Berti em Belo Horizonte. **Estado de Minas**. 03/11/2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/11/03/interna_gerais,327200/conheca-as-obras-projetadas-por-berti-em-belo-horizonte.shtml>. Acesso em 07/07/2014.

RECEBIDO EM: 17/05/2019

PARECER DADO EM: 25/11/2019



www.revistafenix.pro.br